

Sobre o suicídio

Schopenhauer, Arthur

Veröffentlichungsversion / Published Version

Sonstiges / other

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Schopenhauer, A. (2017). Sobre o suicídio. *Griot: Revista de Filosofia*, 16(2), 435-439. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v16i2.756>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:


This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more Information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

Kapitel XIII – ÜBER DEN SELBSTMORD [Parerga und Paralipomena, B. II]¹

Capítulo XIII – SOBRE O SUICÍDIO [Parerga e Paralipomena, v. II]

Arthur Schopenhauer

Tradução e notas de Rosana Jardim Candeloro (UNISC)

 <https://orcid.org/0000-0001-6527-5249>

E-mail: rosanajardimc@gmail.com

§ 157

Até onde vejo, as religiões monoteístas, a saber, as judaicas, são as únicas cujos fiéis consideram o suicídio um crime. Isso é mais marcante porque nem no Antigo, nem no Novo Testamento, pode-se encontrar uma proibição ou uma clara reprovação do mesmo; por isso os professores de Religião tiveram de apoiar a proibição do suicídio em seus próprios conceitos filosóficos; ficam tão mal, que tentam suprir a força que falta aos argumentos, substituindo-os pela força da repreensão. Então, temos de ouvir que o suicídio é a maior das covardias, que só é possível no horizonte da loucura, um despropósito, ou também uma frase totalmente sem sentido de que o suicídio é “errado”, quando está claro que cada qual tem no mundo um *direito* tão indiscutível quanto sua própria pessoa e sua vida (Ver o § 121²). Inclusive, como foi dito, o suicídio se soma aos crimes, e isso se relaciona a partir de um fanatismo vulgar que prevalece na Inglaterra, a um enterro desonroso e ao confisco do espólio; assim quase sempre a Justiça dá um veredito de insanidade. Deixemos de decidir diante de todo o sentimento moral e comparemos a impressão que nos causa a notícia de que um conhecido cometera um crime, isto é, um assassinato, uma crueldade, um embuste, um roubo, com a notícia de sua morte voluntária. Enquanto a primeira mistura uma viva indignação, uma cólera enorme, um pedido de condenação ou vingança, a última provocará melancolia e compaixão com as que mais proximamente se poderia mesclar uma certa admiração, sua coragem para a desaprovação moral, que acompanha uma má ação. - Quem não teve conhecidos, amigos ou parentes que se despediram, voluntariamente, do mundo? E

¹ Este pequeno ensaio de Arthur Schopenhauer constitui-se no capítulo XVI de *Parerga e Paralipomena*, Tomo II. A tradução desse texto e de mais cinco ensaios de *Parerga...*, de 1851, foi parte de um projeto de pesquisa aprovado pelo Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, em 2014/2015, instituição na qual trabalhei por quase 25 anos. As notas de rodapé (traduções de citações greco-latinas e comentários gerais) são de minha autoria. As notas do editor crítico das obras completas de Arthur Schopenhauer, Prof. Wolfgang von Lohneysen, publicadas em cinco volumes pela Suhrkamp, em 1986, quem fez a fixação do texto, aparecerão como ‘notas do editor’. Essa foi a edição utilizada para esta tradução, que teve a supervisão geral do professor de Língua Alemã Gilson Klemz (Santa Cruz do Sul/RS) e supervisão técnica das citações greco-latinas do Prof. Dr. Guilherme Gontijo Flores (UFPR).

² Schopenhauer sublinha a questão dos direitos humanos no § 121, indicado no texto, ao abordar, de modo breve, o suicídio no capítulo IX, de *Parerga...*, “Sobre a doutrina do Direito e da Política” (Nota da tradutora).

todos devem pensar neles com repulsa, como se fossem criminosos? *Nego ac pernego*³. Antes, sou da opinião que alguma vez se deveria exigir do clero que desse conta de com que direito, sem poder alegar autoridade bíblica alguma, nem sequer possuir algum argumento filosófico de peso, desde o púlpito e por escrito, tacha de *crime* uma ação que muitos homens respeitados e amados por nós cometeram, e nega um enterro honroso aos que se vão, voluntariamente, do mundo; com isso constatar-se-ia que se exigem fundamentos para não se aceitar, em contrapartida, palavras vazias ou injúrias. – Que a Justiça criminal proíba o suicídio não é uma razão válida para a Igreja, além de ser claramente ridículo: pois que pena pode intimidar ao que busca a morte? – Se se castiga a *tentativa* de suicídio, então, o que se castiga é a incapacidade através da qual alguém fracassa.

Também os antigos estavam longe de considerar o assunto esclarecido. Plínio disse (*Historia Naturalis* (livro 28, cap. I, § 9); v. 4, p. 351 – edição Bipontini: *Vitam quidem non adeo expetendam censemus, ut quoque modo trahenda sit, Quisquis es talis, aequae moriere, etiam cum obscenus vixeris aut nefandus. Quapropter hoc primum quisque in remediis animi sui habeat ex omnibus bonis, quae homini tribuit natura, nullum melius esse tempestiva morte: idque in ea optimum, quod illam sibi quisque preastare poterit*)⁴. Também ele mesmo disse (livro II, cap. 7, v. I, p. 125), “ne Deum quidem posse omnia. Namque nec sibi potest mortem consciscere, si velit, quod homini dedit optimum in tantis vitae poenis”⁵. Em Massília e na Ilha de Ceos⁶, o magistrado inclusive oferecia publicamente a cicuta àquele que podia aduzir razões sólidas para abandonar a vida (Valério Máximo: *Factorum et dictorum memorabilium*, livro II, cap. 6, § 7 e 8).

E quantos heróis e sábios da Antiguidade terminaram sua vida com uma morte voluntária! Certamente, Aristóteles disse (*Ética a Nicômaco*, V, 15) que o suicídio é uma infração contra o Estado, embora não contra a própria pessoa: não obstante, Estobeu, em sua exposição da ética dos peripatéticos, cita a seguinte frase: ΦΕΥΚΤΟΝ ΔΕ ΤΟΝ ΒΙΟΝ ΓΙΓΝΕΣΘΑΙ ΤΟΙΣ ΜΕΝ ΑΓΑΘΟΙΣ ΕΝ ΤΑΙΣ ΑΓΑΝ ΑΤΥΧΙΑΣ ΤΟΙΣ ΔΕ ΚΑΚΟΙΣ ΚΑΙ ΕΝ ΤΑΙΣ ΑΓΑΝ ΕΥΤΥΧΙΑΣ. (*Vitam autem relinquendam esse bonis in nimis*

³ Nego e volto a negar (Nota da tradutora).

⁴ Consideramos que a vida não é desejável até o ponto de prolongá-la de qualquer modo. Seja quem seja tu, que isso tu desejas, morrerás igualmente enquanto tenhas vivido uma vida de vício e crime. Por isso, que cada um tenha sobretudo como remédio manter a sua alma de todos os bens que a natureza outorgou ao homem, nenhum é melhor que uma morte oportuna: e aqui o melhor é que cada um possa procurá-la por si mesmo. A tradução da citação de Plínio encontra-se em Alemão, logo após o trecho latino. Para uma melhor visualização, traduzi diretamente do Alemão e repassei-a para o rodapé, como farei com outras versões latinas certas para o Alemão no texto original de Schopenhauer. Caio Plínio Segundo (23-79), chamado de Plínio, o Velho, escreveu a obra referenciada por Schopenhauer em 77 da era cristã (Nota da Tradutora).

⁵ “que Deus não pode tudo, porque, embora quisesse, não pode dar a morte a si mesmo, que é o melhor já dado ao homem em uma vida de tantos pesares”, tradução da citação de Plínio diretamente do Alemão (Nota da tradutora).

⁶ Na Ilha de Ceos, era costume os anciãos darem-se morte voluntariamente. – Conferir em Valério Máximo, livro 2, cap. 6 – Heráclides Pôntico, *Fragmenta de rebus publicis* IX – Aelian: *Variae historiae*, III, 37. – Strabão: *Geographica*, livro X, cap. 5, § 6, Edição Kramer (Nota do Editor). Massília é a moderna cidade portuária de Marselha, na França. A Ilha de Ceos faz parte de um arquipélago do Mar Egeu (Nota da tradutora).

quidem miseriis, pravis vero in nimium quoque secundis)⁷ (*Eclogae ethicae*, II, cap. 7; v. 3, p. 286).

E, de modo similar, na p. 312: Διο και γαμησειν, και παιδοποιησεσθαι, και πολιτευσεσθαι etc. και καθολον τεν αρετην ασκουντα και μενειν εν τω βιω, και παλιν, ει δεοι, ποτε δι αναγκας απαλλαγησεσθαι, ταφης προνοησαντα etc. (*Ideoque et uxorem ducturum et liberos procreaturum et ad civitatem accessurum etc. atque omnino virtutem colendo tum vitam servaturum, tum iterum, cogente necessitate, relicturum etc.*)⁸. Também encontramos os estoicos a elogiarem o suicídio como uma ação nobre e heroica, a qual se pode comprovar em centenas de passagens, das quais as mais drásticas são de Sêneca. É sabido que entre os hindus o suicídio aparece muitas vezes como uma ação religiosa, em particular na forma de cremação das viúvas, de jogar-se sob as rodas do carro divino de Jaggernaut (Jagan-Natha), de ser comida para os crocodilos do Gânges ou dos lagos sagrados do templo etc. O mesmo ocorre no teatro, esse espelho da vida: aí vemos, por exemplo, que na famosa obra chinesa *L'orphelin de la Chine* (traduzida por Saint Julien em 1834) quase todos os personagens nobres terminam se suicidando sem que se sugerisse de modo algum, ou que ocorresse ao espectador, que estivessem cometendo um crime. De fato, em nossos próprios palcos, as coisas não são no fundo de outro modo: por exemplo, Palmira em *Mahomet*, Mortimer em *Maria Stuart*, Otelo, a Condessa Terzky em *Wallenstein* e Sófocles: λυσει μ'ο δαιμων αυτος, οταν εγω θελω⁹. Não Sófocles, mas Eurípides em *As Bacantes*, 498.

É o monólogo de Hamlet a reflexão sobre um crime? Ele disse unicamente que, se tivéssemos a certeza de sermos absolutamente aniquilados na morte teria de elegê-la, incondicionalmente, à vista da índole deste mundo. *But there lies the rub*¹⁰. – Mas as razões contra o suicídio que têm levantado os clérigos das religiões monoteístas, a saber, as judaicas, e os filósofos que se acomodaram com elas, são débeis sofismas fáceis de rebater (conferir meu tratado *Sobre o fundamento da moral*, § 5). A refutação mais fundamentada dos mesmos ofereceu Hume em seu *Essay on suicide*, que só foi publicado após sua morte e, em seguida, foi reprimido pelo fanatismo e vergonhoso clericalismo da Inglaterra; daí que se venderam poucos exemplares escondidos a um preço alto. Temos de agradecer pela conservação deste e de outro tratado do grande homem, a reimpressão da obra na Basileia: *Essays on suicide and the immortality of the soul*, by David Hume, Basel 1799, sold by James Decker, 124 p. 8°. O fato de que um tratado puramente filosófico, que refuta com a fria razão os argumentos usados contra o suicídio, e procede de um dos primeiros pensadores e escritores da Inglaterra, tenha tido de circular ali ocultamente, como uma infâmia, até encontrar apoio no estrangeiro, redundava em uma grande vergonha para a nação inglesa. Ao mesmo tempo, mostra-se a boa mentalidade que tem a Igreja nesse ponto – A única razão moral sólida contra o suicídio, eu a expus em

⁷ Os homens de bem devem deixar a vida quando seus infortúnios tornam-se demasiadamente grandes; os homens maus também, quando ela é muito próspera (Nota da tradutora).

⁸ Por isso, deve-se casar, fazer filhos, servir à pátria etc. e servindo totalmente à virtude, conservar a vida ou bem, freia-se a necessidade, abandona-a (Nota da tradutora).

⁹ O deus liberar-me-á, se eu assim o quiser (Nota da tradutora).

¹⁰ Mas aí reside a dificuldade. Shakespeare, *Hamlet*, III, 1 (Nota do Editor).

minha obra principal (v. 1, § 69, 541-546¹¹). Consiste em que o suicídio se opõe ao alcance do supremo fim moral, já que substitui a liberação real deste mundo de miséria por uma só aparente. Desse extravio a um crime, como se o espírito cristão deixasse essa marca, há, todavia, um longo caminho.

O Cristianismo leva em seu interior a verdade de que o sofrimento (a cruz) é o verdadeiro fim da vida: daí que rechace o suicídio por se opor a esse sofrimento, enquanto o pensamento antigo, de um ponto de vista inferior, o aprovava e até o honrava. Mas aquela razão contra o suicídio é ascética, e só tem validade de um ponto de vista ético muito superior ao que adotaram os filósofos morais europeus. Mas se abandonamos esse elevado ponto de vista, não resta nenhuma razão moral sustentável para condenar o suicídio. Portanto, o zelo¹² extraordinariamente vivo que tem contra ele o clero das religiões monoteístas, apesar de não estar apoiado nem pela Bíblia nem por razões sólidas, parece que há de se embasar em uma razão velada: não haveria de ser esta, o abandono voluntário da vida, um péssimo elogio para aquele que disse *παντα καλα λιαν*¹³. Temos novamente o limite otimista dessas religiões, que denunciam o suicídio para não serem denunciadas por ele.

§ 158

No geral, percebemos que, quando se chega ao ponto em que os horrores da vida superam os horrores da morte, o homem dá um fim à sua vida. Não obstante, os terrores da morte oferecem resistência significativa: são como sentinelas, diante da porta de saída. Talvez não haja homem vivo que não daria fim à sua vida, se esse fim fosse puramente negativo, um súbito término da existência. Há algo positivo nele: a destruição do corpo. Isso nos espanta, precisamente porque o corpo é o fenômeno da vontade de viver.

Todavia, a luta com aquelas sentinelas não é via de regra *tão* difícil como de longe nos possa parecer; e isso é assim como consequência do antagonismo entre sofrimentos espirituais e corporais. Com efeito, quando sofremos em nosso corpo com grande intensidade, ou de forma contínua, ficamos indiferentes a todas as demais aflições: somente importa o nosso restabelecimento. Do mesmo modo, os intensos sofrimentos espirituais nos fazem insensíveis aos corporais: nós os desprezamos. De fato, se esses pesam excessivamente supõe-se uma dispersão benéfica, uma pausa nos sofrimentos espirituais. Isso é justamente o que facilita o suicídio, porquanto a dor corporal vinculada a ele perde toda importância aos olhos de quem está infligido por excessivos sofrimentos espirituais. Isso se torna visível sobretudo naqueles que são impulsionados ao suicídio por um profundo desacordo. Para eles, uma superação não é necessária: não necessitam de ímpeto, a fim de dar o passo; mas, se uma sentinela os deixar sozinhos por dois minutos, dão fim à sua vida rapidamente

§ 159

¹¹ Schopenhauer refere-se ao parágrafo em que, pela primeira vez, trata do suicídio, de um ponto de vista metafísico, em *O mundo como vontade e representação* (Nota da tradutora).

¹² Sobre isso estão todos de acordo. Segundo Rousseau (*Obras*, v. 4, p. 275), Agostinho e Lactâncio foram os primeiros a qualificar o suicídio como pecado, embora tenham retirado seu argumento do *Fédon*, de Platão (*Phaedon*, p. 139); o argumento deste é tão banal, então, como pego do ar, de que estamos vigilantes ou somos escravos dos deuses (Nota do Editor).

¹³ que todas as coisas são belas? - Gênesis, 1: 31 (Nota do Editor).

Quando em algum sonho terrível, o medo alcança o mais alto grau, o mesmo nos faz despertar e desaparece o monstro da noite. O mesmo ocorre no sonho da vida, quando o mais alto grau de angústia nos obriga a interrompê-la.

§ 160

O suicídio também pode ser considerado uma experiência, uma pergunta que o homem coloca à natureza, pretendendo forçá-la a responder; a pergunta é: qual é a mudança que a existência e o conhecimento do homem experimentam através da morte? Mas é um desastrado, pois se suprime a identidade da consciência que havia de ouvir a resposta.